

Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2018

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de Junho de 2018, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

O primeiro semestre do ano foi marcado pela volatilidade dos mercados que teve origem no exterior devido a um processo de ajuste das condições monetárias pelos bancos centrais dos países desenvolvidos, em especial pelo *Federal Reserve System* (FED).

Com o aumento da atividade nos Estados Unidos, com um expressivo crescimento da economia no segundo trimestre acima de 3%, observou-se um fortalecimento do dólar em relação às demais moedas, em especial dos países emergentes.

Além disso, as questões comerciais entre Estados Unidos e China adicionaram mais intensidade à valorização do dólar.

Somados os efeitos, o que se observou foi uma mudança no apetite ao risco dos investidores internacionais, fazendo com que o risco dos países emergentes se elevasse.

No Brasil, os impactos no câmbio também tiveram causas internas, como a paralisação dos caminhoneiros e eventos não econômicos, com a indefinição com relação às próximas eleições.

O crescimento do Produto Interno Bruto - PIB no primeiro semestre foi afetado, mas normalizado o abastecimento, a produção voltou a apresentar recuperação e a inflação vem retornando a níveis antes da paralisação dos caminhoneiros.

O Banco Central confirmou a manutenção dos juros no patamar de 6,5% suportado pelo entendimento de que a alta de preço é uma circunstância pontual.

De acordo com os dados do relatório da Fenaprev de junho de 2018, o volume de arrecadação do mercado foi 4,9% menor comparado com o mesmo período de 2017 (R\$ 56,2 bilhões), totalizando R\$ 53,4 bilhões. O produto de Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) que foi responsável por 88,5% do volume de arrecadação do semestre (R\$ 47,3 bilhões) também acompanhou com queda de 5,1% e o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) que representa 6,5% do volume arrecadado total, caiu 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 3,5 bilhões.

Em junho de 2018, as reservas da indústria nos produtos de PGBL e VGBL totalizaram R\$ 762,2 bilhões, evolução de 17,1% ante ao mesmo período de 2017. Em reservas totais, incluindo o produto Tradicional, o resultado foi R\$ 815,2 bilhões, registrando um incremento de 15,2% comparado a 2017.

A Brasilprev

Fundada em 1993 e com 25 anos de existência e sede em São Paulo, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é líder e especialista no setor de previdência privada e tem como missão proporcionar soluções de segurança financeira e serviços de alta qualidade para viabilizar projetos de vida. A empresa conta com a capilaridade da rede de agências do Banco do Brasil para comercializar os seus produtos em todo território nacional. A Brasilprev tem como acionistas a BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil, e a PFG do Brasil Ltda., que compõe a Principal, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos.

Líder em ativos sob gestão, a empresa oferece planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Atualmente a companhia atende mais de 1,97 milhão de clientes, onde 13% fazem parte da carteira de planos empresariais e 87% de planos individuais, destes 30% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes.

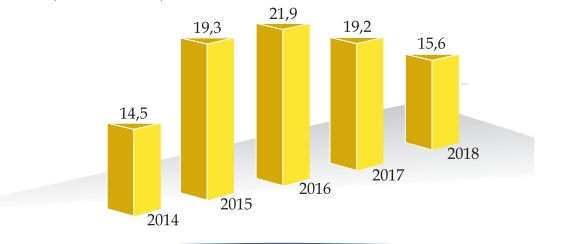
E, para a manutenção da alta participação no mercado, tem realizado a execução de suas estratégias com foco no protagonismo do mercado e na evolução do setor, colocando o cliente como centro das decisões, utilizando a inovação para melhorar a sua experiência e maximizar sua eficiência nos processos operacionais.

Além disso, a companhia é signatária de acordos voluntários com foco em investimentos responsáveis, o que reforça o seu comprometimento em ampliar seu olhar para os impactos no meio ambiente, no desenvolvimento social e na governança (ASG) nos investimentos que realiza. Dentre eles estão os Principios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) e a Declaração sobre Títulos Verdes.

Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da Brasilprev no semestre acumulado até junho de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017:

- ✓ As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R\$ 15,6 bilhões, representando queda de 18,8% frente a 2017. No entanto, a empresa se manteve no primeiro lugar entre as seguradoras no ranking de arrecadação total.

Receitas Previdenciárias (R\$ Bilhões)

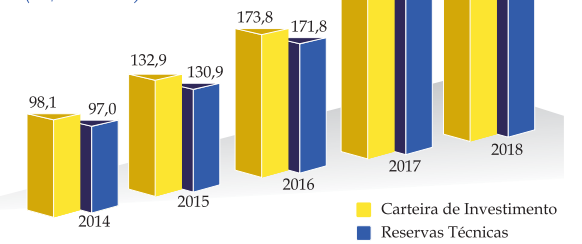


A carteira total de investimentos apresentou crescimento anual de 12,6%, totalizando R\$ 244,4 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

- ✓ O saldo das reservas técnicas total evoluiu 12,6% em relação ao mesmo período de 2017, totalizando R\$ 242,5 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R\$ 1,9 bilhão a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

Carteira de Investimento e Reservas Técnicas (R\$ Bilhões)



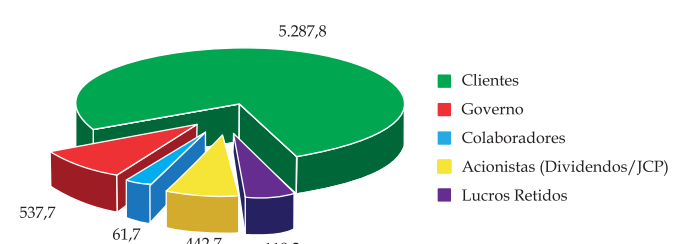
O resultado ajustado acumulado até junho de 2018 antes dos impostos e participações foi de R\$ 994,8 milhões, um crescimento de 10% em relação ao resultado ajustado antes dos impostos e participações do mesmo período de 2017.

O lucro líquido ajustado acumulado até junho de 2018 atingiu R\$ 560,9 milhões, uma evolução de 10% frente ao lucro líquido ajustado apresentado no mesmo período de 2017, que foi de R\$ 508,6 milhões.

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no estatuto da companhia e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

A gestão dos negócios da Brasilprev, obtidos até junho de 2018, proporcionou a seguinte distribuição de resultados:

(Em R\$ Milhões)



Prêmios e reconhecimentos

Dentre os principais prêmios e reconhecimentos da Brasilprev no primeiro semestre de 2018, estão:

- ✓ **Melhores Fornecedores para RH 2018:** realizado pela editora Gestão e RH, a iniciativa reconheceu a Brasilprev pelos serviços oferecidos no setor de "Benefícios - Previdência Privada".
- ✓ **Marcas de Quem Decide:** a companhia foi reconhecida como a marca mais lembrada e preferida do segmento de Previdência Privada pelo prêmio, que classifica as marcas mais lembradas do Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata, leva em consideração a opinião de executivos em cargos de direção, proprietários de empresas e profissionais liberais do estado.
- ✓ **Prêmio Segurador Brasil:** a Brasilprev foi vencedora na categoria "Destaque do Mercado em Previdência Privada" - Troféu "Empreendedor Brasil" na 15ª edição da premiação, promovida pela Editora Brasil Notícias e que reúne as principais lideranças e empresas dos setores de Seguros, Previdência, Capitalização e Saúde.
- ✓ **Empresa Legal:** por seu engajamento na solução e prevenção de conflitos por meio da mediação, conciliação extrajudicial e do diálogo com os clientes a Brasilprev foi reconhecida como uma "Empresa Legal". Com o apoio do Ministério da Justiça e do Grupo Consumidor Moderno, os requisitos avaliados são decorrentes da atuação na Ouvidoria em parceria com todas as áreas da companhia.
- ✓ **XIX Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente:** pela décima primeira vez a companhia é reconhecida na categoria Previdência e Capitalização desta iniciativa. O prêmio é organizado pelo Grupo Padrão com coordenação técnica do CIP - Centro de Inteligência Padrão em parceria com a OnYou - uma das maiores empresas especializadas em auditoria de qualidade do Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provém, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos, à Principal pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho.

São Paulo, 02 de agosto de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 | | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|---|--------------------|--------------------|---|--------------------|--------------------|
| ATIVO | | | PASSIVO | | |
| Circulante | 234.206.918 | 226.550.182 | Circulante | 31.256.367 | 30.329.876 |
| Disponível (nota 3b) | 6.370 | 11 | Contas a pagar | 441.471 | 611.125 |
| Caixa e bancos | 6.370 | 11 | Obrigações a pagar | 38.672 | 43.442 |
| Aplicações (nota 5) | 233.554.824 | 225.919.563 | Impostos e encargos sociais a recolher (nota 9) | 149.322 | 134.788 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 2.488 | 1.609 | Encargos trabalhistas | 13.635 | 11.036 |
| Prêmios a receber | 2.488 | 1.609 | Impostos e contribuições (nota 10) | 239.842 | 421.859 |
| Créditos das operações com previdência complementar | 2.128 | 314 | Débitos de operações com seguros e resseguros | 4.868 | 8.352 |
| Créditos de resseguros | 2.128 | 314 | Corretores de seguros e resseguros | 4.868 | 8.352 |
| Títulos e créditos a receber | 60.853 | 48.146 | Débitos de operações com previdência complementar | 1.060 | 3.562 |
| Títulos e créditos a receber | 53.966 | 41.250 | Débitos de resseguros | 821 | 819 |
| Créditos tributários e previdenciários (nota 17) | 1.631 | 4.523 | Outros débitos operacionais | 239 | 2.743 |
| Outros créditos | 5.256 | 2.373 | Depósitos de terceiros (nota 11) | 107.629 | 35.409 |
| Despesas antecipadas | 17.463 | 8.383 | Provisões técnicas - Seguros (nota 14) | 25.427.230 | 24.449.372 |
| Custos de aquisição diferidos (nota 14) | 562.792 | 572.156 | Vida com cobertura por sobrevivência | 25.427.230 | 24.449.372 |
| Seguros | 541.596 | 549.796 | Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 14) | 5.274.109 | 5.222.056 |
| Previdência | 21.196 | 22.390 | Planos não bloqueados | 5.274.109 | 5.222.056 |
| Ativo não circulante | 12.659.176 | 12.151.937 | Passivo não circulante | 212.798.288 | 205.708.782 |
| Realizável a longo prazo | 12.659.176 | 12.151.937 | Provisões técnicas - Seguros (nota 14) | 173.050.918 | 166.747.212 |
| Aplicações (nota 5) | 10.854.835 | 10.457.462 | Vida com cobertura por sobrevivência | 173.050.918 | 166.747.212 |
| Títulos e créditos a receber | 894.122 | 717.659 | Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 14) | 38.784.270 | 38.101.284 |
| Créditos tributários e previdenciários (nota 17) | 24.072 | 23.507 | Planos não bloqueados | 38.784.270 | 38.101.284 |
| Depósitos judiciais e fiscais (nota 15) | 870.050 | 693.752 | Outros débitos (nota 15) | 963.100 | 860.286 |
| Custos de aquisição diferidos (nota 14) | 675.461 | 750.255 | Provisões judiciais | 963.100 | 860.286 |
| Seguros | 652.581 | 724.541 | Patrimônio líquido (nota 12) | 2.811.439 | 2.663.461 |
| Previdência | 22.880 | 25.714 | Capital social | 1.193.540 | 1.193.540 |
| Investimentos | 75 | 75 | Aumento de capital (em aprovação) | 208.730 | - |
| Outros investimentos | 75 | 75 | Reservas de lucros | 881.742 | 1.469.098 |
| Imobilizado (nota 7) | 28.576 | 32.550 | Ajustes de avaliação patrimonial | (53) | 823 |
| Bens móveis | 12.325 | 13.126 | Lucros acumulados | 527.480 | - |
| Outras imobilizações | 16.251 | 19.424 | Total passivo e patrimônio líquido | 246.866.094 | 238.702.119 |
| Intangível (nota 8) | 206.107 | 193.936 | | | |
| Outros intangíveis | 193.936 | 193.936 | | | |
| Total ativo | 246.866.094 | 238.702.119 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais)

| | 30.06.2018 | 30.06.2017 |
|---|------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 1.193.540 | 1.193.540 |
| Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | - | - |
| Dividendos pagos - AGE de 09/02/2017, 18/04/2017 e 19/06/2017 | - | - |
| Juros sobre capital próprio pagos | - | - |
| Lucro líquido do semestre | - | - |
| Saldos em 30 de junho de 2017 | 1.193.540 | 1.193.540 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 1.193.540 | 1.193.540 |
| Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 29/03/2018 | 208.730 | - |
| Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | - | - |
| Dividendos pagos - AGO/E de 16/02/2018, CA de 22/02/2018, 28/03/2018, 24/04/2018, 24/05/2018 e RD de 26/06/2018 | - | - |
| Juros sobre capital próprio pagos | - | - |
| Lucro líquido do semestre | - | - |
| Saldos em 30 de junho de 2018 | 1.193.540 | 1.193.540 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (doravante denominada por "Brasilprev" ou "Companhia") é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias). A Companhia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 27.665.207/0001-31, tem sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671 - Chácara Santo Antônio - São Paulo, SP - Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 02 de agosto de 2018.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Declaração de conformidade
Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 - Demonstração Intermediária. Em 30 de junho de 2017, a Companhia reclassificou, os valores de Variação de outras provisões técnicas e atualização monetária das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de Provisões técnicas - seguros e resseguros e Provisões técnicas - previdência complementar, que, entretanto devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do semestre apresentado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

c) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

d) Circulante e não circulante

Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante. As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota 3k.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólicas de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes. As rendas com taxa de gestão negociadas com os participantes, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos. As receitas com taxa de carregamento negociadas com os participantes são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso ou saída do participante nos planos contratados.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

| | 30.06.2018 | 30.06.2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendas de contribuições e prêmios | 15.512.169 | 19.128.880 |
| (-) Constituição da provisão de benefícios a conceder | (15.402.494) | (19.017.659) |
| (=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL | 109.675 | 111.221 |
| (+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas | 1.285.718 | 1.146.751 |
| (-) Variação de outras provisões técnicas | (24.454) | (22.850) |
| (-) Benefícios retidos | (9.712) | (37.593) |
| (-) Custos de aquisição (nota 16a) | (319.923) | (295.760) |
| (+) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b) | (17.567) | (6.584) |
| (+) Contribuições para cobertura de riscos | 95.105 | 100.995 |
| (+) Variação das provisões técnicas de prêmios | 250 | 304 |
| (=) Prêmios ganhos | 95.355 | 101.299 |
| (-) Sinistros ocorridos | (5.482) | (8.182) |
| (-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b) | (7.513) | (7.685) |
| (-) Despesas administrativas (nota 16c) | (185.630) | (186.055) |
| (-) Despesas com tributos (nota 16d) | (99.354) | (90.978) |
| (+) Resultado financeiro (nota 16e) | 173.751 | 200.931 |
| (=) Resultado operacional | 994.832 | 904.515 |
| (+) Ganhos e perdas com ativos não correntes | (32) | (2.200) |
| (=) Resultado antes dos impostos e participações | 994.832 | 902.315 |
| (-) Imposto de renda (nota 17) | (235.051) | (210.452) |
| (-) Contribuição social (nota 17) | (192.765) | (173.942) |
| (-) Participações sobre o resultado | (6.141) | (9.346) |
| (=) Lucro líquido do semestre | 560.875 | 508.575 |
| Quantidade de ações | 2.290.080 | 2.290.080 |
| Lucro líquido por ação - R\$ | 244,92 | 222,08 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| | 30.06.2018 | 30.06.2017 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro líquido do semestre | 560.875 | 508.575 |
| Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | (1.460) | 625 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes | 584 | (250) |
| Resultado abrangente | (876) | 375 |
| Resultado abrangente total | 559.999 | 508.950 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| | 30.06.2018 | 30.06.2017 |
|---|--------------------|--------------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do semestre | 560.875 | 508.575 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação | 3.524 | 2.909 |
| Despesas antecipadas | (287) | 718 |
| Custos de aquisição diferidos | 84.158 | (16.469) |
| Variação de outras provisões técnicas (nota 2a) | (126) | 4.898 |
| Atualização monetária das provisões técnicas (nota 2a) | 5.260.036 | 10.224.836 |
| Amortização de ativos intangíveis | 11.514 | 10.849 |
| Ganho ou perda na alienação de imobilizado | 33 | 2.200 |
| Lucro líquido ajustado do semestre | 5.919.727 | 10.738.316 |
| Variação nas contas patrimoniais: | | |
| Aplicações | (8.032.634) | (17.864.140) |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | (2.693) | (1.218) |
| Créditos fiscais e previdenciários | 2.727 | (679) |
| Despesas antecipadas | (8.793) | (2.695) |
| Outros ativos | (15.599) | (2.119) |
| Depósitos judiciais e fiscais | (176.298) | (148.818) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (4.770) | (6.157) |
| Impostos e contribuições | 467.546 | 404.418 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | (3.484) | (3.944) |
| Débitos das operações com previdência complementar | (2.502) | (1.992) |
| Depósitos de terceiros | 72.220 | 70.379 |
| Provisões técnicas - Seguros e resseguros (nota 2a) | 3.185.818 | 8.064.845 |
| Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 2a) | (429.125) | (468.086) |
| Provisões judiciais | 102.814 | 91.413 |
| Outros passivos | 17.133 | (29) |
| Ajuste valor justo ativos financeiros | (876) | 375 |
| Caixa consumido pelas operações (nota 2a) | (4.828.606) | (9.848.447) |
| Imposto de renda sobre o lucro pago | (341.503) | (287.579) |
| Contribuição social sobre o lucro pago | (307.970) | (259.296) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 441.648 | 342.994 |
| Atividade de investimento | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

b) Caixa e equivalentes de caixa
A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

c) Aplicações
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo comitê exclusivo do Administrador dos fundos.

III. Títulos disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se os ativos estão deteriorados ou "impaired", tomando por base se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de futuros
Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice Ibovespa são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

f) Custos de aquisição diferidos
São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
Depreciação do imobilizado:
• Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática e veículos - 20%.
• Benefícios em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

h) Intangível
Licenças de software e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de cinco anos.

O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuído à carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil. O teste de impairment é realizado para a data-base de balanço anual com o objetivo de testar o valor total pago frente ao valor de recuperação.

i) Passivos circulante e não circulante

Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro-rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

j) Resseguro

A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe das carteiras de morte e invalidez com a RGA Global Reinsurance Company e Terra Brasis Resseguros S.A., com 60% e 40% de participação do risco, respectivamente. E o contrato de excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são, respectivamente, 2,64% e 4,32%. A Munich Re e a Terra Brasis estão classificadas como resseguradora local e a RGA como resseguradora admiãda, e apresentam rating AA-, BR-A e AA-, respectivamente.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP.

As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, prestação e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a Regulamentação Vigente (Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a beneficiários (PMBAC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMBCC) refere-se aqueles já em gozo de benefícios.

Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

A provisão de prêmio ganhos (PPNG), é calculada "pro-rata die" em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento.
A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 36 meses sendo bruta de resseguro, conforme metodologia descrita no Anexo 1.

A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota 3. A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

As constituições e reversões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição.
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) corresponde aos valores a serem regularizados junto aos clientes, correspondente principalmente a resgates e benefícios.

A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão e acumulação em vida; a provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro, constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 1 ano. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

l) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, semestralmente a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é diferente em conjunto pela administração.

A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios, futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia com o período máximo de 5 anos conforme o estipulado no §3º do artigo 47 da Circular SUSEP nº 543/2016; e
- Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 517/2015, pelas tabuças biométricas BR-EMS (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida.

Os fluxos de caixa projetados são avaliados de acordo com a metodologia de estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ alinhada de extrapolação denominada "Ultimate Forward Rate - UFR", aprovada pela SUSEP, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor, e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos e ativos intangíveis.

O teste de adequação do passivo realizado para a data-base de 30 de junho de 2018 apresentou insuficiência total no montante de R\$ 666 milhões. A insuficiência reduziu em R\$ 282 milhões quando comparada com dezembro de 2017, o principal decorrenter desse aumento foi a variação da ETTJ. A insuficiência foi integralmente compensada, conforme estipulado no §2º do artigo 52 da Circular SUSEP nº 543 de 2016, pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento", utilizados na cobertura dos respectivos passivos. Esta diferença reduziu, por conta do aumento da curva de taxas de juros futuro, R\$ 241 milhões em relação a dezembro de 2017.

m) Contingências ativas e passivas
As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritas na nota explicativa nº 15.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. De acordo com a política da Companhia, o teste de impairment é realizado anualmente considerando:

(I) Carteira de clientes que possuam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência; e
(II) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O resultado do teste realizado em dezembro de 2017 não indicou evidências de perda por impairment.

o) Imposto de renda e contribuição social
Sobre o lucro do semestre, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do ano excedente a R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 20% conforme Lei nº 13.169/2015 e Instrução Normativa nº 1.591/2015. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos de renda e contribuição social são provisionados de acordo com o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. De acordo com a política da Companhia, o teste de impairment é realizado anualmente considerando:

(I) Carteira de clientes que possuam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência; e
(II) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O resultado do teste realizado em dezembro de 2017 não indicou evidências de perda por impairment.

p) Imposto de renda e contribuição social
Sobre o lucro do semestre, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do ano excedente a R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 20% conforme Lei nº 13.169/2015 e Instrução Normativa nº 1.591/2015. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos de renda e contribuição social são provisionados de acordo com o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. De acordo com a política da Companhia, o teste de impairment é realizado anualmente considerando:

(I) Carteira de clientes que possuam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência; e
(II) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O resultado do teste realizado em dezembro de 2017 não indicou evidências de perda por impairment.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

p) Classificação dos contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como o de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa.

q) Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

I. CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)
Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, nos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

II. CPC 06 - R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil
O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os

arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.
O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em e após 1º de janeiro de 2019.

III. IFRS 17 - Contratos de seguros
O IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

O IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em e após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 06-R2 (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referenciados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

4 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Uso de estimativa e julgamento
Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no semestre findo em 30 de junho de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 5 - Aplicações;
• Nota 14 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos;
• Nota 15 - Provisões judiciais;
• Nota 17 - Créditos tributários e previdenciários.

| | 30.06.2018 | | 31.12.2017 | |
|--|---------------------------|--------------------|----------------------|--------------|
| | Valor de custo atualizado | Valor Justo | Ajuste a valor justo | % |
| Fundos de Investimento Exclusivos - FIF | 1.759.565 | 1.753.844 | (5.721) | 0,32 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | 19.401 | 16.992 | (2.409) | 0,12 |
| Contratos DI Futuro | 1.173 | 1.173 | - | - |
| Debêntures | 6.304 | 6.165 | (139) | - |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | 140.669 | 141.758 | 1.089 | 0,06 |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) | 424.725 | 424.494 | (231) | - |
| Letras Hipotecárias (LH) | 44.099 | 47.597 | 3.498 | 0,02 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | 166.040 | 161.091 | (4.949) | -0,07 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) | 31.809 | 32.640 | 831 | 0,01 |
| Operação compromissada | 931.251 | 931.251 | - | - |
| Cotas de FDIC de outros Bancos | 5.000 | 1.599 | (3.401) | -0,38 |
| Outros (*) | (10.906) | (10.906) | - | - |
| FIFES vinculados a PGBL e VGBL | 230.331.902 | 231.587.679 | 1.555.777 | 94,77 |
| Ações (**) | 1.752.497 | 1.752.497 | - | - |
| Cotas de fundos | 106.892 | 106.892 | - | - |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | 2.946 | 2.863 | (83) | - |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 139.546 | 139.586 | 40 | 0,06 |
| Contratos DI Futuro | (91.802) | (91.802) | - | - |
| Contratos Futuros de Ibovespa | 3.247 | 3.247 | - | - |
| Debêntures | 3.875.175 | 3.750.643 | (124.532) | -1,53 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | 56.156.551 | 58.054.069 | 1.897.518 | 23,76 |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) | 77.844.699 | 77.834.179 | (10.520) | -0,01 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | 37.782.427 | 37.136.176 | (646.251) | -1,52 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) | 32.213.552 | 32.622.937 | 409.385 | 13,35 |
| Operação compromissada | 8.558.546 | 8.558.546 | - | - |
| Cotas de FDIC de outros Bancos | 200.923 | 135.513 | (65.410) | -0,06 |
| Nota Promissória (NP) | 64.641 | 65.592 | 951 | 0,03 |
| Letra Financeira (LF) | 11.614.472 | 11.709.461 | 94.989 | 4,79 |
| Opção de compra | (498) | (494) | (4) | - |
| Outros (*) | 8.424 | 8.424 | - | - |
| Carteira própria | 220.718 | 213.301 | (7.417) | 0,08 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | 63.173 | 57.350 | (5.823) | -0,02 |
| Letras Hipotecárias (LH) | 157.545 | 155.951 | (1.594) | -0,06 |
| Disponível para venda | 44.509 | 44.423 | (87) | 0,02 |
| Carteira própria | 44.509 | 44.423 | (87) | 0,02 |
| Debêntures | 44.509 | 44.423 | (87) | - |
| Mantidos até o vencimento (***) | 10.810.412 | 13.021.021 | 2.210.609 | 20,44 |
| Fundos de Investimento Exclusivos - FIF | 6.061.226 | 7.310.447 | 1.249.221 | 20,44 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) | 22.924 | 22.741 | - | - |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) | 2.599.675 | 3.026.304 | 426.629 | 16,44 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | 3.383.550 | 4.201.785 | 818.235 | 24,19 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) | 55.077 | 59.617 | 4.540 | 8,24 |
| Carteira própria | 4.749.495 | 5.104.574 | 355.079 | 7,48 |
| Letra do Tesouro Nacional (NTN-B) | 2.172.048 | 2.237.291 | 65.243 | 0,09 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) | 2.577.138 | 3.413.283 | 836.145 | 32,47 |
| Total das aplicações | 242.867.106 | 246.620.268 | 3.753.162 | 1,54 |

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos
(**) As ações estão representadas pelo valor justo
(***) A mais valia correspondente ao valor justo dos títulos mantidos até o vencimento monta a R\$ 2.210.609 (R\$ 2.542.751 em dezembro de 2017)

Valor Justo

O valor justo das quotas de Fundos de Investimento Financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos.

Os títulos públicos federais, classificados como "Mantidos até o Vencimento", foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para fins de divulgação apresentamos o valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (ABNIMA). A diferença entre o valor justo e o valor contábil desses ativos na data-base de 30 de junho de 2018 é de R\$ 2.210.609 (R\$ 2.542.751 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$ 1.858.319 referem-se a ativos garantidores de provisões técnicas.

Os títulos públicos federais, classificados como "valor justo por meio do resultado", foram contabilizados utilizando-se as cotações fornecidas pela ANBIMA.
Os demais instrumentos financeiros privados, classificados como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado são apurados em consonância com a Instrução CVM nº 438/2006 e alterações, recomendações do Código de Auto-Regulamentação da ANBIMA e com o manual de procedimentos de elaboração do valor de mercado a mercado que utiliza como base a Estrutura a Termo das Taxas de Juros Estimada - ETTJ da ANBIMA, onde as curvas de juros zero-cupom soberanas são extraídas a partir das taxas dos títulos públicos prefixados e atrelados ao IPCA, além da inflação implícita nas curvas.

d) Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI: Na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão existe o Preço de Referência de Fechamento (PRF) do BOVESPA FIX, que é o resultado de um processo de formação de preços com regras claras e transparentes de negociação, conforme Manual de Preço Referência de Debêntures. Essa formação de preços, associada à transparência proporcionada pelo sistema - uma vez que as ofertas, negociações e preços de fechamento são disseminadas para todo o mercado em tempo real - permite utilizar o PRF para a Marcação a Mercado - MaM dos CRIs.

e) Operação Compromissada Pós-Fixadas: para operações compromissadas em que o período é de 1 (um) dia, será utilizada a taxa da emissão da operação. Nos períodos maiores, será adotada a taxa obtida pela estrutura temporal de juros.

f) Letras Hipotecárias - LH: Para o cálculo de marcação a mercado de aplicações utilizam-se os cupons de juros e o preço de fechamento da data e a taxa interna de retorno, em base de dias corridos entre a data do cálculo e a data do pagamento.

Movimentação das aplicações financeiras

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial do período | 236.377.025 | 199.147.094 |
| Aplicações | 31.657.389 | 65.858.003 |
| Resgates | (29.084.832) | (48.467.055) |
| Letra do Tesouro Nacional (LFT) | 5.464.516 | 19.836.282 |
| Outros (*) | (1.439) | 2.18 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

| Valor justo por meio do resultado | 30.06.2018 | | | 31.12.2017 | | |
|--|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| Fundo de investimento | 208.115.309 | 25.441.997 | 233.557.306 | 196.581.531 | 29.305.034 | 225.886.565 |
| Exclusivos - FIF | 762.745 | 1.002.005 | 1.764.750 | 699.390 | 930.080 | 1.629.470 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) - | 16.992 | 1.753.844 | 1.770.836 | 18.671 | 18.671 | 37.342 |
| Contratos DI Futuro - | 1.173 | - | 1.173 | (299) | - | (299) |
| Debêntures - | 6.165 | 6.165 | 12.330 | 5.954 | 5.954 | 11.908 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) - | 141.758 | 141.758 | 283.516 | 501.186 | 501.186 | 1.002.372 |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) - | 424.484 | 424.484 | 848.968 | 12.995 | 12.995 | 25.990 |
| Letras Hipotecárias (LH) - | 47.597 | 47.597 | 95.194 | 48.030 | 48.030 | 96.060 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) - | 161.091 | 161.091 | 322.182 | 112.160 | 112.160 | 224.320 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) - | 32.640 | 32.640 | 65.280 | 70.462 | 70.462 | 140.724 |
| Operação compromissada - | 931.251 | 931.251 | 1.862.502 | 857.425 | 857.425 | 1.714.850 |
| Cotas de FIDC de outros Bancos - | 1.599 | 1.599 | 3.198 | 2.886 | 2.886 | 5.772 |
| Outros (*) - | - | (10.906) | (10.906) | - | (10.904) | (21.808) |
| FIFES vinculados a PGBL e VGBL | 207.352.564 | 24.226.691 | 231.579.255 | 195.882.141 | 28.155.899 | 224.038.040 |
| Apôlices (**)- | 1.752.497 | 1.752.497 | 3.504.994 | 1.666.019 | 1.666.019 | 3.332.038 |
| Cotas de Fundos - | 106.892 | 106.892 | 213.784 | 47.355 | 47.355 | 94.710 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) - | 139.586 | 139.586 | 279.172 | - | - | - |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) - | 2.863 | 2.863 | 5.726 | 3.194 | 3.194 | 6.388 |
| Contratos DI Futuro - | (91.802) | (91.802) | (183.604) | (109.248) | (109.248) | (218.496) |
| Contratos Futuros de Ibovespa - | 3.247 | 3.247 | 6.494 | 379 | 379 | 758 |
| Debêntures - | 3.750.643 | 3.750.643 | 7.501.286 | 3.717.961 | 3.717.961 | 7.435.922 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) - | 58.054.069 | 58.054.069 | 116.108.138 | 54.374.081 | 54.374.081 | 108.748.162 |
| Letra Financeira do Tesouro (LFT) - | 77.634.179 | 77.634.179 | 155.268.358 | 78.524.121 | 78.524.121 | 157.048.242 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) - | 37.136.176 | 37.136.176 | 74.272.352 | 27.227.064 | 27.227.064 | 54.454.128 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) - | 32.622.937 | 32.622.937 | 65.245.874 | 33.952.605 | 33.952.605 | 67.905.210 |
| Operação Compromissada - | 8.558.546 | 8.558.546 | 17.117.092 | 12.768.426 | 12.768.426 | 25.536.052 |
| Cotas de FIDC de outros Bancos - | 135.513 | 135.513 | 271.026 | 199.765 | 199.765 | 399.530 |
| Nota Promissória (NP) - | 65.992 | 65.992 | 131.984 | 63.304 | 63.304 | 126.608 |
| Letra Financeira (LF) - | 11.709.461 | 11.709.461 | 23.418.922 | 11.603.014 | 11.603.014 | 23.206.028 |
| Dólar Comercial Futuro - | (494) | (494) | (988) | - | - | - |
| Opção de compra - | (650) | (650) | (1.300) | - | - | - |
| Outros (*) - | 8.424 | 8.424 | 16.848 | - | - | - |
| Carteira própria | 213.301 | 213.301 | 426.602 | 219.055 | 219.055 | 438.110 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) - | 57.350 | 57.350 | 114.700 | 61.695 | 61.695 | 123.390 |
| Letras Hipotecárias (LH) - | 155.951 | 155.951 | 311.902 | 157.360 | 157.360 | 314.720 |
| Disponível para venda - | 44.423 | 44.423 | 88.846 | 45.143 | 45.143 | 90.286 |
| Carteira própria - | 44.423 | 44.423 | 88.846 | 45.143 | 45.143 | 90.286 |
| Debêntures - | 44.423 | 44.423 | 88.846 | 45.143 | 45.143 | 90.286 |
| Mantidos até o vencimento - | 13.021.021 | 13.021.021 | 26.042.042 | 12.955.070 | 12.955.070 | 25.910.140 |
| Fundos de investimento | 7.310.447 | 7.310.447 | 14.620.894 | 7.281.800 | 7.281.800 | 14.563.600 |
| Exclusivos - FIF - | 22.741 | 22.741 | 45.482 | 21.982 | 21.982 | 43.964 |
| Letra do Tesouro Nacional (LTN) - | 3.026.304 | 3.026.304 | 6.052.608 | 3.147.277 | 3.147.277 | 6.294.554 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) - | 4.201.785 | 4.201.785 | 8.403.570 | 4.052.150 | 4.052.150 | 8.104.300 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-F) - | 59.617 | 59.617 | 119.234 | 60.391 | 60.391 | 120.782 |
| Carteira própria - | 5.710.574 | 5.710.574 | 11.421.148 | 5.673.270 | 5.673.270 | 11.346.540 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) - | 2.297.291 | 2.297.291 | 4.594.582 | 2.387.965 | 2.387.965 | 4.775.930 |
| Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) - | 3.413.283 | 3.413.283 | 6.826.566 | 3.285.305 | 3.285.305 | 6.570.610 |
| Total aplicações - | 221.136.330 | 25.488.420 | 246.624.750 | 209.536.601 | 29.350.177 | 238.886.778 |

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.
(**) As ações estão representadas pelo valor justo

As taxas médias contratuadas das aplicações, por indexador, são as seguintes: IPCA + 5,14%; TR + 10,00%; PRÉ 11,23%; 100% da SELIC; IGP/M + 9,12%; CDI + 1,37%; e 105,32% do CDI.

6 Cobertura das provisões técnicas

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido por meio do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC) ou por instituições financeiras credenciadas. Parte substancial das aplicações, no valor de R\$ 242.536.527 (R\$ 234.519.924 em 31 de dezembro de 2017), encontra-se vinculada à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e alterações.

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|--|------------------|------------------|
| Total das provisões técnicas a ser coberto | 242.536.527 | 234.519.924 |
| Aplicações/ativos garantidores | 244.409.659 | 236.377.025 |
| Ativos livres | 1.873.132 | 1.857.101 |

7 Ativo imobilizado

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|--|----------------|----------------|
| Equipamentos de telecomunicações e informática | 121.224 | 121.982 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 8.697 | 21.982 |
| Veículos | 40 | 21.982 |
| Benefeitorias em imóveis | 40 | 21.982 |
| Total | 130.381 | 166.046 |

8 Ativo intangível

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Carteira/canal (1) | 142.321 | 142.321 |
| Desenvolvimento de sistema - Projetos | 189.115 | 189.115 |
| Licenças de uso de software | 44.866 | 44.866 |
| Total | 376.302 | 376.302 |

9 Impostos e encargos sociais a recolher

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Imposto de renda retido | 142.374 | 127.656 |
| Imposto sobre serviço retido | 1.800 | 1.918 |
| Contribuições previdenciárias | 1.918 | 1.918 |
| Outros impostos e encargos | 758 | 1.086 |
| Total | 146.850 | 132.578 |

10 Impostos e contribuições

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Imposto de renda (*) | 167.473 | 292.841 |
| Contribuição social (*) | 67.128 | 124.663 |
| COFINS | 3.976 | 4.009 |
| PIS | 305 | 304 |
| Outros | 960 | 152 |
| Total | 239.842 | 421.859 |

(*) Apresentado líquido das antecipações conforme nota explicativa nº 17.

11 Depósitos de terceiros

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|-------------------|----------------|---------------|
| Até 30 dias | 104.367 | 32.989 |
| De 31 a 180 dias | 595 | 93 |
| De 181 a 360 dias | 294 | 72 |
| Acima de 360 dias | 2.373 | 2.255 |
| Total | 107.629 | 35.409 |

Aproximadamente 93% do total apresentado em 2018 refere-se a arrecadação recebida no último dia do mês.

12 Patrimônio líquido

O capital social está representado por 2.290.080 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.145.040 ordinárias e 1.145.040 preferenciais. O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido contábil. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada. Foi deliberada pelos administradores, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2018, nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22 de fevereiro de 2018, 28 de março de 2018, 24 de abril de 2018, 24 de maio de 2018 e Reunião da Diretoria de 26 de junho de 2018, a aprovação de distribuição mensal de dividendos e/ou o pagamento de juros sobre capital próprio. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, foi calculado com base na "taxa de juros de longo prazo" (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do semestre, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Durante o primeiro semestre de 2018, foram distribuídos R\$ 412.021 entre dividendos e juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: (i) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 33.395 como distribuição de parte do resultado do semestre, (ii) dividendos no montante de R\$ 378.626 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária, sendo R\$ 66.829 relativos ao exercício de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2018, foi deliberado o aumento e integralização de capital no montante de R\$ 208.730 (em aprovação pela SUSEP) e a distribuição do lucro do exercício de 2017, no montante de R\$ 1.091.158, da seguinte forma: (i) Reserva Legal no montante de R\$ 9.891, (ii) pagamento de dividendos no montante de R\$ 116.567 pagos durante o exercício de 2017, a título de antecipação, (iii) pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 71.757, (iv) reserva estatutária no montante de R\$ 892.943. O total de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos a 2018 representa 79% do lucro líquido do semestre. O montante creditado a título de juros sobre capital próprio no exercício reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R\$ 15.028. A reserva legal é constituída, ao final do exercício, para garantir a integridade do capital social. A constituição é realizada com 5% do lucro líquido do exercício até que atinja 20% do capital social. A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, até que, quando somada à reserva legal, atinja o limite de 100% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral. A distribuição do lucro líquido do semestre aconteceu conforme abaixo:

| | 30.06.2018 | 30.06.2017 |
|---|------------|------------|
| Lucro líquido do semestre | 560.875 | 560.875 |
| Dividendos pagos | 311.797 | 238.638 |
| Juros sobre o capital próprio creditados (valores brutos) | 33.395 | 33.326 |
| Dividendos propostos | 91.486 | 116.567 |
| Juros sobre o capital próprio propostos (valores brutos) | 6.015 | 6.059 |

13 Demonstrativo do patrimônio líquido ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco, conforme demonstrado abaixo:

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|---|------------------|------------------|
| Patrimônio líquido ajustado | 2.811.439 | 2.663.461 |
| Ativos contábeis | 2.811.439 | 2.663.461 |
| (-) Despesas antecipadas | (17.463) | (8.383) |
| (-) Intangível | (206.107) | (193.936) |
| (-) Obras de arte | (75) | (75) |
| Ajustes associados à variação dos valores econômicos | 1.215.835 | 1.398.513 |
| (*) Diferença entre o valor de mercado e o valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento | 1.215.835 | 1.398.513 |
| (-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados | (366.388) | (521.343) |
| (+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP | 530.263 | 38.427 |
| (+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas | 200.784 | 219.617 |
| Patrimônio líquido ajustado (a) | 3.691.288 | 3.596.281 |
| Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d) | 1.865.658 | 1.840.637 |
| Capital base (c) | 1.865.658 | 1.840.637 |
| Capital adicional de risco (d) | 1.343.248 | 1.297.813 |
| Capital adicional de risco de subscrição | 138.490 | 177.364 |
| Capital adicional de risco operacional | 194.026 | 187.616 |
| Capital adicional de risco de mercado | 589.787 | 591.688 |
| Redução de correlação de riscos | (399.902) | (413.844) |
| Suficiência de capital (a) - (b) | 1.825.630 | 1.755.644 |
| O índice de liquidez em relação ao CR em 30 de junho de 2018 é de 100% e o requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações é de 20%. Dedução deste o valor do superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas, equivalente a R\$ 1.873.132 (nota explicativa 6) e R\$ 362.478, respectivamente. Conforme disposições transitórias, artigo 64-A, da Resolução 343/2016, a dedução dos custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à provisão para prêmios não ganhos (PPNG), dar-se-á entre 31 de dezembro de 2018 e 2020. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016. | | |

14 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|---|-------------------|--------------------|
| Provisões técnicas | 34.070.629 | 191.196.584 |
| Matemática de benefícios a conceder | 33.750.567 | 197.833.757 |
| Matemática de benefícios concedidos | 579.905 | 185.267 |
| Excedente financeiro | 1.097 | 539 |
| Sinistros a liquidar | 982 | 811 |
| Resgates e outros valores a regularizar | 76.886 | 345.647 |
| Despesas relacionadas | 25.700 | 43.474 |
| Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | - | - |
| Prêmios não ganhos | - | - |
| Total das provisões técnicas | 34.070.629 | 191.196.584 |
| Custos de aquisição diferidos | 47.947 | 1.274.307 |
| (*) Inclui as coberturas de risco | 47.947 | 1.274.307 |

| | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
|---|-------------------|--------------------|
| Provisões técnicas | 34.070.629 | 191.196.584 |
| Matemática de benefícios a conceder | 33.426.882 | 190.651.153 |
| Matemática de benefícios concedidos | 539.282 | 154.960 |
| Excedente financeiro | 1.097 | 539 |
| Sinistros a liquidar | 982 | 811 |
| Resgates e outros valores a regularizar | 76.886 | 345.647 |
| Despesas relacionadas | 25.700 | 43.474 |
| Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | - | - |
| Prêmios não ganhos | - | - |
| Total das provisões técnicas | 34.070.629 | 191.196.584 |
| Custos de aquisição diferidos | 47.947 | 1.274.307 |
| (*) Inclui as coberturas de risco | 47.947 | 1.274.307 |

15 Provisões judiciais e depósitos judiciais

a) Fiscais
A Companhia obteve liminar para recolhimento da contribuição social no ano de 1998 à alíquota de 8% (isonomia das pessoas jurídicas não financeiras). O diferencial em relação à alíquota de 18% previsto na Lei nº 9.247 em 2007. Em julho de 2009 houve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R\$ 1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006. Em agosto de 2014, foi proferida decisão favorável à Companhia e, consequentemente, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o montante de R\$ 117 em junho de 2018 e dezembro de 2017. Durante o ano-calendário de 2011, foram lavrados contra a Companhia dois autos de infração, visando a cobrança de PIS e COFINS no valor de R\$ 5.333, em razão da base de tributação não considerar a redução da decadência dos valores discutidos até a competência de novembro de 2002. Em função dessa decisão, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o valor de R\$ 1.453 (R\$ 1.437 em 31 de dezembro de 2017). As respectivas provisões totalizam R\$ 941.395 (R\$ 835.423 em 31 de dezembro de 2017). Foi lavrado, contra a Companhia, auto de infração referente ao IHS sobre o qual foi constituída a obrigação de depósito pelo Conselho de Defesa do Consumidor em 2002. Em dezembro de 2002, a Companhia obteve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R\$ 1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006. Em agosto de 2014, foi proferida decisão favorável à Companhia e, consequentemente, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o montante de R\$ 117 em junho de 2018 e dezembro de 2017. Durante o ano-calendário de 2011, foram lavrados contra a Companhia dois autos de infração, visando a cobrança de PIS e COFINS no valor de R\$ 5.333, em razão da base de tributação não considerar a redução da decadência dos valores discutidos até a competência de novembro de 2002. Em função dessa decisão, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o valor de R\$ 1.453 (R\$ 1.437 em 31 de dezembro de 2017). As respectivas provisões totalizam R\$ 941.395 (R\$ 835.423 em 31 de dezembro de 2017). Foi lavrado, contra a Companhia, auto de infração referente ao IHS sobre o qual foi constituída a obrigação de depósito pelo Conselho de Defesa do Consumidor em 2002. Em dezembro de 2002, a Companhia obteve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R\$ 1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006. Em agosto de 2014, foi proferida decisão favorável à Companhia e, consequentemente, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o montante de R\$ 117 em junho de 2018 e dezembro de 2017. Durante o ano-calendário de 2011, foram lavrados contra a Companhia dois autos de infração, visando a cobrança de PIS e COFINS no valor de R\$ 5.333, em razão da base de tributação não considerar a redução da decadência dos valores discutidos até a competência de novembro de 2002. Em função dessa decisão, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o valor de R\$ 1.453 (R\$ 1.437 em 31 de dezembro de 2017). As respectivas provisões totalizam R\$ 941.395 (R\$ 835.423 em 31 de dezembro de 2017). Foi lavrado, contra a Companhia, auto de infração referente ao IHS sobre o qual foi constituída a obrigação de depósito pelo Conselho de Defesa do Consumidor em 2002. Em dezembro de 2002, a Companhia obteve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R\$ 1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006. Em agosto de 2014, foi proferida decisão favorável à Companhia e, consequentemente, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o montante de R\$ 117 em junho de 2018 e dezembro de 2017. Durante o ano-calendário de 2011, foram lavrados contra a Companhia dois autos de infração, visando a cobrança de PIS e COFINS no valor de R\$ 5.333, em razão da base de tributação não considerar a redução da decadência dos valores discutidos até a competência de novembro de 2002. Em função dessa decisão, houve reversão de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)
c) Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na possibilidade de perdas decorrentes de inadequação da metodologia ou das premissas atuariais adotadas, inclusive falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e de precificação. A Companhia monitora e avalia a exposição ao risco de subscrição com normas de subscrição que são revisadas periodicamente. Os riscos de mortalidade e morbidade, bem como, seus acúmulos por participantes e segurados são mitigados por meio da contratação de resseguros de excedente de responsabilidade e de catástrofe. O risco de longevidade é monitorado pela Companhia adotando-se, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela Brasilprev. O risco de resgates é gerenciado via monitoramento frequente da experiência da Brasilprev, tendo sido estabelecido pela Companhia uma diretriz para melhorar, quando for o caso, a retenção de recursos e clientes. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas e normas estabelecidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e são reavaliadas no mínimo anualmente de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações e auditadas conforme Resolução CNSP nº 321, de 2015, sendo realizados testes de consistências. O objetivo do teste de consistência é verificar, em uma determinada data, se a provisão constituída é adequada.

Análise de sensibilidade

Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações. Os produtos de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a possibilidade de transformação das reservas acumuladas em rendas continuadas. Neste sentido, a escolha dos fatores de risco objetivou sensibilizar hipóteses associadas à expectativa de materialização deste risco, conforme segue: A hipótese de resgate reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada; A hipótese de conversão em renda reflete a expectativa de que os participantes escolham, na data de aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada. Assim, quanto maior a conversão em renda, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada; A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada. A ETJJ reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada "Ultimate Forward Rate - UFR" aprovada pela SUSEP e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas, sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos.

| Fatores de risco | Sensibilidade | Impactos em 30.06.2018 | | Impactos em 31.12.2017 | |
|--------------------|---------------|------------------------|-----------|------------------------|-----------|
| | | Patrimônio | Resultado | Patrimônio | Resultado |
| Resgate | +100 bps | 17.087 | 17.087 | 17.191 | 17.191 |
| Resgate | -100 bps | (19.646) | (19.646) | (19.529) | (19.529) |
| Conversão em renda | +10% | (26.307) | (26.307) | (24.038) | (24.038) |
| Conversão em renda | -10% | 26.299 | 26.299 | 24.039 | 24.039 |
| Longevidade | +5% | (1.833) | (1.833) | (1.676) | (1.676) |
| Longevidade | -5% | 5.403 | 5.403 | 3.539 | 3.539 |
| ETJJ | +1% | 317.648 | 317.648 | 432.066 | 432.066 |
| ETJJ | -1% | (706.834) | (706.834) | (705.017) | (705.017) |

A tabela apresentada acima demonstra as análises de sensibilidade calculadas pela Companhia para as principais premissas utilizadas nos cálculos atuariais dos passivos de contratos de seguro. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança razoavelmente esperada pela Administração para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. Os resultados apontados por essas análises podem diferir substancialmente dos resultados reais obtidos em períodos futuros em decorrência de situações favoráveis ou adversas para a Companhia em seu curso de negócios.

d) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por flutuações não previstas nos preços, indexadores, taxas de juros e prazos de direitos e obrigações, uma vez que as carteiras ativas e passivas podem apresentar descalços de prazos e indexadores. Para controle do risco de mercado, a Companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequadas para cada carteira, fundo ou portfólio. Nos portfólios em que abrangem os produtos P/VGGL, a Companhia utiliza um conjunto de métricas, entre elas VaR, Tracking Error, Duration e análise ad hoc da volatilidade dos fundos da Companhia e da concorrência nessas carteiras. Essas métricas são mensuradas, gerenciadas e

controladas diariamente, de maneira a garantir que todos os portfólios estejam adequados aos perfis de riscos definidos entre os diferentes produtos, objetivando a otimização da relação risco-retorno.

Nos portfólios em que a Companhia oferece garantia de taxa de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais) utiliza um processo estruturado de ALM - Asset & Liabilities Management, no qual são monitorados e controlados os descasamentos de indexadores, de prazo, e de fluxo de caixa, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.

Análise de sensibilidade

Adicionalmente, a Companhia utiliza como ferramenta de gestão de risco de mercado o teste de sensibilidade. Os resultados desta análise são utilizados para dimensionar o impacto sobre o resultado dado uma determinada variação de taxa de juros nos portfólios da Companhia, auxiliando no processo de decisão na gestão de ativos e passivos.

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 basis points para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e permissão de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

São considerados somente os ativos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Brasilprev. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGDL e VGDL em fase de acumulação.

O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições normais de mercado.

A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do semestre e sobre o patrimônio líquido da Brasilprev.

| Fatores de risco | Sensibilidade | Impactos em 30.06.2018 | | Impactos em 31.12.2017 | |
|-------------------|---------------|------------------------|-----------|------------------------|-----------|
| | | Patrimônio | Resultado | Patrimônio | Resultado |
| Taxa de juros (*) | +100 bps | (14.989) | (14.989) | (6.026) | (6.026) |
| Taxa de juros (*) | -100 bps | 14.989 | 14.989 | 6.026 | 6.026 |
| Cupom | +100 bps | (28.021) | (28.021) | (28.668) | (28.668) |
| Cupom | -100 bps | 21.021 | 21.021 | 28.668 | 28.668 |

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

e) Risco operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas decorrentes de processos inadequados ou deficientes, falhas nos sistemas de tecnologia de informação, erros, fraudes, falhas nas operações, ou eventos externos que causem prejuízos às atividades normais da Companhia ou danos a seus ativos físicos.

Os riscos operacionais mais relevantes ou prioritários, com seus respectivos detentores ou proprietários, assim como os principais controles e tratamentos, são monitorados no processo de gestão de riscos corporativos. Além disso, a Brasilprev possui um processo de cultura, classificação e registro de perdas operacionais.

f) Risco legal

O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, civis, penais e outras.

Para a gestão do risco legal, o departamento Jurídico da Brasilprev, além de atuar como consultoria e assessoria jurídica na elaboração de pareceres, revisão dos contratos no desenvolvimento de produtos e serviços e gestão do contencioso judicial e administrativo. A Brasilprev pauta sua conduta pelo respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de norma específica de compliance regulatório, por meio da qual a Companhia mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis.

g) Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma variável importante enquanto as outras variáveis permanecem inalteradas. Deve-se também ser observado que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados.

19 Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A.

As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em "Despesas administrativas - Serviços de terceiros", a intermediação na venda de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos à venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas "Custos de aquisição".

A Companhia também efetuou no semestre operações com o Principal Financial Group, as quais compreenderam pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de software, reembolsos de convenções de vendas, e licenças e manutenções de sistemas, os quais foram registrados na rubrica "Despesas administrativas".

Durante o semestre a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros Titulares do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com Administradores estão demonstrados a seguir:

| Partes relacionadas | Ativo | | Passivo | | Receitas/despesas | |
|---|------------|------------|------------|------------|-------------------|------------|
| | 30.06.2018 | 31.12.2017 | 30.06.2018 | 31.12.2017 | 30.06.2018 | 30.06.2017 |
| Acionistas: | | | | | | |
| Grupo Banco do Brasil | 17.796 | 7.094 | - | - | (86.806) | (108.259) |
| Grupo Principal Financial | - | - | 999 | 326 | (673) | (730) |
| Ligadas: | | | | | | |
| Administradores | - | - | 2.727 | 4.105 | (2.620) | (3.636) |
| Aliança do Brasil Seguros S.A. | 64 | 28 | - | - | (34) | (33) |
| BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. | - | - | - | - | (5.163) | (4.311) |
| BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A. | 22.608 | 14.753 | 239 | 2.743 | (178.664) | (225.053) |
| BB-Banco de Investimentos S.A. | - | - | 9.187 | 8.815 | (55.213) | (51.800) |
| BBTUR Viagens e Turismo Ltda. | - | - | - | - | (88) | (72) |
| Brasileira Operadora de Planos Odontológicos S.A. | - | - | - | - | (78) | (80) |
| Brasileveículos Companhia de Seguros | 2 | 3 | - | - | (2) | (2) |
| Citic Corretora de Seguros S.A. | 14.970 | 8.347 | - | 348 | (7.450) | - |
| Cobra Tecnologia S.A. | 1.048 | - | - | - | (2.078) | (369) |
| Companhia Brasileira de Soluções e Serviços | - | - | - | - | (202) | (217) |
| Companhia de Seguros Aliança do Brasil | - | - | - | - | (331) | (310) |
| Nível S.A. | - | - | - | - | (3.482) | - |

20 Benefícios a empregados

A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria "Nosso Brasilprev", que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e diretores. As contribuições no semestre foram de R\$ 156 (R\$ 442 em 2017). Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura. As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

21 Outras informações

a) Os créditos tributários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos e sobre ajuste a valor justo com títulos classificados na categoria "disponível para venda", cuja expectativa de realização é de até dezembro de 2018 e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos e sobre ajuste a valor justo com títulos classificados na categoria "disponível para venda", cuja expectativa de realização é posterior a dezembro de 2018.

b) Principais produtos atualmente comercializados

A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGDL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e taxa de carregamento antecipada e/ou postecipada que varia de 0% a 5% sobre as contribuições e aportes ao plano, variando conforme volume de reserva e tempo de permanência no plano.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora - CRC RJ-079849/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de avaliar e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; a efetividade do sistema de controles internos e da Auditoria Interna; a atuação dos auditores externos; as exposições de risco e a adequação das transações com partes relacionadas, de acordo com seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

É constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e a EY Serviços Atuariais se responsabiliza pela auditoria atuarial independente.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e controles e aos auditores internos e externos. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, tributários, ambiente regulatório e de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as auditorias interna e externa, oportunidades em que apreciou seus planejamentos e conheceu o resultado dos trabalhos, suas conclusões e recomendações.

Revisou as demonstrações contábeis, as notas explicativas e o relatório da administração e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- os controles internos da Companhia são adequados ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelos auditores externos são satisfatórias e apoiam a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independências dos auditores independentes;
- os processos de gestão de riscos continuam evoluindo e dando agora ênfase ao processo de Gestão de Capital;
- as transações com partes relacionadas da Companhia são aprovadas pela administração, avaliadas e monitoradas por comitês estatutários. Avaliações periódicas e acompanhamento contínuo estão sendo sistematizados, para conferir maior segurança aos processos;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2018, de acordo com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

São Paulo, 02 de agosto de 2018.

Oswaldo Roberto Nieto
Coordenador

Luiz Cláudio Ligabue
Membro

Marios Valeriano Borges
Membro

Vanessa Rodrigues da Silva
Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras Intermediárias, relativas ao primeiro semestre de 2018, complementadas pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos, KPMG Auditores Independentes e aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração), manifestaram-se favoráveis pela aprovação dos referidos documentos.

São Paulo, 02 de agosto de 2018.

Reinaldo Kazufumi Yokoyama
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Nobrega Frade
Conselheiro Titular

Viviane Esse
Conselheira Titular

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração
Luís Eduardo Valdés Illanes

Membros do Conselho de Administração

José Maurício Pereira Coelho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Paulo José dos Reis Souza
Paulo Rogério Caffarelli
Patrick Gregory Halter
Roberto Andrés Walker Hiltshfeld
Timothy Mark Dunbar

DIRETORIA

Marco Antonio da Silva Barros (Diretor-Presidente)

Ângela Beatriz de Assis

Carlos Manuel de Oliveira Madureira

Marcelo Otavio Wagner

Nelson Ignacio Katz

Luís Felipe Osorio Cepeda

Atuária - Celina da Costa Silva - MIBA nº 622

Contador - Neilton Pereira dos Santos - CRC - 1SP223651/O-2